

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MARIA CAROLINA RAMICELLI SANTOS

**BREVE REFLEXÃO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA
RELIGIÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO DIANTE DA PROPOSTA DA BNCC
PARA O 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

São Paulo/SP

2021

MARIA CAROLINA RAMICELLI SANTOS

**BREVE REFLEXÃO SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA DA CIÊNCIA DA
RELIGIÃO PARA O ENSINO RELIGIOSO DIANTE DA PROPOSTA DA BNCC
PARA O 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão do curso de
Especialização em Ciência da Religião

Orientadora: Prof^a Valeska Freman B. F. Silveira

SÃO PAULO/SP

2021

RESUMO

O Ensino Religioso aos moldes da metodologia proposta pela Ciência da Religião (CR), na qual as religiões são estudadas como fenômenos culturais, situadas no tempo e no espaço, favorece o desenvolvimento de habilidades para que, ao conhecer as religiões, haja uma maior abertura às diferentes manifestações religiosas e ao respeito a esse aspecto relevante da vida social. Nesse sentido, buscamos iniciar uma reflexão sobre como o saber científico da CR pode se adequar à sala de aula diante das competências e habilidades propostas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e em que medida os objetos do conhecimento da unidade temática "Crenças religiosas e filosofias de vida", propostos para o 5o ano do Ensino Fundamental, propiciam a aplicação da CR no ER e enfatizam a abertura ao outro religioso na diversidade.

Palavras-chave: Ensino Religioso; Ciência da Religião; Transposição Didática; BNCC; Diversidade.

ABSTRACT

Religious Education along the lines of the methodology proposed by the Science of Religion, in which religions are studied as cultural phenomena, situated in time and space, favors the development of skills so that, by knowing the religions, there is a greater openness to different religious manifestations and respect for this relevant aspect of social life. In this sense, we seek to initiate a reflection on how the scientific knowledge of the Science of Religion can be adapted to the classroom facing the competencies and skills proposed by the BNCC (Common National Curricular Base) and to what extent the objects of knowledge of the thematic unit "Religious beliefs and philosophies of life" proposed for the 5th year of elementary school provide the application of Religious Science in Religious Education and emphasize the openness to the religious other in diversity.

Keywords: Religious Education; Science of Religion; Didactic Transposition; BNCC; Diversity.

Como professora de Ensino Religioso (ER), muito me inquieta a necessidade de tornar presente nesse componente curricular, no Ensino Fundamental, questões relacionadas ao respeito à diversidade religiosa. Entendo que um Ensino Religioso aos moldes da metodologia proposta pela Ciência da Religião (CR), na qual as religiões são estudadas como fenômenos culturais, situadas no tempo e no espaço, favorece o desenvolvimento de habilidades para que, ao conhecer as religiões, haja uma maior abertura às diferentes manifestações religiosas e ao respeito a esse aspecto relevante da vida social. Em vista disso, o desafio é adequar o saber científico da CR à sala de aula de acordo com as competências e habilidades propostas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

A relação entre a Ciência da Religião e o Ensino Religioso tem chamado a atenção de muitos pesquisadores, educadores e cientistas da religião, principalmente a partir da alteração do art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394/1996, pela Lei 9.475/1997. A nova lei garante a abertura à diversidade religiosa e a valorização de todas as confissões religiosas, e não a de uma única confissão religiosa como era anteriormente.

Para tanto, o profissional do ER poderá ter a seu favor a transposição didática dos saberes científicos e da proposta metodológica da CR, e propiciar no cotidiano escolar atitudes reflexivas e não valorativas das tradições religiosas.

A proposta da BNCC para o ER, ao destacar três unidades como objetos do conhecimento - identidades e alteridades; manifestações religiosas; crenças religiosas e filosofias de vida -, precisa garantir que o conhecimento religioso seja abordado de modo que o aluno se aproprie de aprendizagens que o motivem e o envolvam em uma experiência maior, para além dos muros da escola, pela construção da paz, sem proselitismos ou doutrinações.

Para delimitar o estado da questão, foi feito um levantamento de publicações em revistas científicas da área da Ciência da Religião nos últimos cinco anos, utilizando-se inicialmente as palavras-chave “Ensino Religioso e BNCC” ou “Ensino Religioso BNCC”. Foram encontradas quatro publicações de 2018 e 2019, já que a versão do documento que inclui o ER como área do conhecimento foi publicada em 2017, e uma publicação de 2016 destacava o lugar marginalizado que a disciplina ocupava no documento antes da inclusão como área de conhecimento. Ao fazer uma análise dos textos com o propósito de investigar os estudos realizados tendo como base a BNCC, constatei *a priori* que esses artigos elucidam uma reflexão sobre a importância do documento para uma nova visão do que é o ER, no sentido de superar o

antigo modelo de catequização, e propõem uma nova epistemologia, fundamentada na CR, no cotidiano escolar. Vale destacar que os artigos situam-se como considerações iniciais de um longo caminho a ser trilhado.

Ao utilizar o termo “Transposição didática da Ciência da Religião para o Ensino Religioso” ou “Transposição didática da CR para o ER”, nas mesmas revistas e no mesmo período, nada foi encontrado. Porém, para complementar a sondagem, buscou-se ainda artigos com as palavras-chave “Ensino Religioso” e foi possível elencar 44 publicações que traziam como tema a relação da CR com o ER, a formação do professor de ER, bem como a valorização da diversidade religiosa na sala de aula. Desse modo, um novo leque de publicações foi aberto. Apesar disso, em decorrência da amplitude das motivações dessas publicações, fez-se necessário demarcar os conteúdos e focar os textos que citam a mudança da LDB, bem como a inclusão da BNCC.

Assim, tendo como base a pesquisa detalhada acima, e em vista do recorte temporal e da fonte de pesquisa, foi possível identificar que a aplicação da CR no ER sob a perspectiva do plano da BNCC ainda foi pouco estudada, encontrando-se aqui um campo de importante estudo no sentido de abrir novos caminhos e reflexões sobre a execução da unidade temática “crenças religiosas e filosofias de vida” delimitada no documento.

Tendo como objeto de estudo o Plano da BNCC, especificamente a área do conhecimento do Ensino Religioso, proposto para o 5º ano do Ensino Fundamental, publicado em 2017, sob a perspectiva da unidade temática “crenças religiosas e filosofias de vida”, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, farei uma reflexão sobre como a metodologia da CR pode ser aplicada no ER para atender ao que a BNCC aponta na unidade temática “crenças religiosas e filosofias de vida” proposta para o 5º ano do Ensino Fundamental.

Minha hipótese é que na medida em que o professor aplica o agnosticismo metodológico, transpondo assim essa metodologia proposta pela CR de modo adequado ao ER, apresenta o conhecimento dos fenômenos religiosos, no contexto histórico, e capacita uma compreensão religiosa ante a diversidade de linguagens, desenvolvendo um olhar mais sistemático às diferentes crenças e modos de viver dos fiéis ou dos não adeptos. Deste modo, as habilidades cognitivas e socioemocionais propostas pela BNCC, na área de conhecimento do Ensino Religioso para o 5º ano do Ensino Fundamental, poderão ser desenvolvidas, sem proselitismos ou doutrinações.

Em vista disso, os objetivos do estudo são: (1) Refletir sobre a possibilidade da aplicação da metodologia da CR na sala de aula do 5º ano do EF a partir de referenciais teóricos. (2) Identificar se a proposta da unidade temática "Crenças religiosas e filosofias de vida" compõe um objeto de estudo da CR aplicada ao ER.

O Ensino Religioso e a Ciência da Religião

O Ensino Religioso é um componente curricular, uma área do conhecimento, com metodologia, objetivos e procedimentos que diferem da educação religiosa ou da catequização. Tudo que o aluno assimila na relação familiar, nas experiências religiosas individuais e sociais, pode ser traduzido e contextualizado no ambiente escolar com o estudo das religiões, tendo em vista a religião como um aspecto fundamental da vida humana, inserida nas relações culturais, sociais e históricas.

Diante de tantas concepções de religião, aqui a compreendemos como uma relação que engloba um todo e inclui a vivência pessoal. Somos seres capazes de gerar significados que vão além dos utilitários, de nos valermos da religião como uma linguagem, que abarca rituais, símbolos e arte, e assim manifestar o que a palavra não consegue dizer.

Entretanto, durante muito tempo, a função da religião era dar um contorno definido de mundo, sem levar em conta o entorno, o contexto social, político e cultural no qual estava inserida. Os textos sagrados revelavam uma verdade inquestionável e os dogmas e mandamentos da Igreja mantinham a ordem social. De acordo com Junqueira (2017, p.41), “a religião foi um dos elementos para ajudar na unidade dos impérios e da nova proposta educativa. A catequese passou a estar relacionada com a alfabetização do povo”.

O ER surge no século XVII, no contexto europeu, católico, no processo de formação das escolas, com a presença de congregações religiosas e forte relação entre Estado e Religião. Do modelo austro-húngaro, passando pela Imperatriz Maria Teresa, o Ensino Religioso teve diferentes concepções e foi ganhando contornos para tornar-se um componente curricular (JUNQUEIRA, 2013).

Nessa perspectiva, no contexto brasileiro, de acordo com Rodrigues (2017), o ensino das religiões nas escolas foi por muito tempo pura catequização, conforme determinava a Constituição de 1824. Mas, em 1891, na Constituição do Regime Republicano, o conceito de Estado Laico trouxe um novo panorama e novas perspectivas para essa disciplina.

Visto que a laicidade é um fenômeno político, que implica a neutralidade do Estado nos aspectos religiosos, devendo este tratar igualmente todas as religiões, favorecendo assim o respeito à pluralidade religiosa e a livre expressão de todos os cidadãos, o Estado não deve ter uma doutrina oficial nem professar ou favorecer uma religião. O afastamento da religião do domínio do Estado garante o direito de cada cidadão ter, ou não ter, uma convicção religiosa e de professá-la livremente. A laicidade “tem como ideal a igualdade na diversidade, o respeito às particularidades e a exclusão dos antagonismos” (DOMINGOS, 2009, p.50).

Por conseguinte, na história da formação da disciplina, o ER sofreu uma série de alterações de acordo com leis e decretos: foi confessional pela Lei 4.024 (LDBEN /1961), passou a ser visto como um elemento que colaboraria na formação moral na reforma trazida pela Lei 5.692 em 1971, e, enfim, galgou um lugar mais democrático e deu seus primeiros passos rumo a uma disciplina plural e inclusiva com a Constituição de 1988.

De acordo com Junqueira e colaboradores (2007, p.35): “Oito anos após a promulgação da Constituição, foi sancionada, em 20 de dezembro de 1996, a LDBEN 9.394/96, denominada também de ‘Lei Darcy Ribeiro’. Orientava os sistemas de educação de todo o país e pretendia favorecer a diversidade nacional e a pluralidade cultural brasileira”. Neste momento, o ER passou a ser oferecido conforme a preferência dos alunos e/ou pais e poderia ter caráter confessional ou interconfessional.

Porém, com a Lei 9.475/97 o ER passou a assegurar o respeito à diversidade religiosa no Brasil, garantindo assim que as diferentes religiões fossem apresentadas sem proselitismo, como fenômenos culturais presentes no dia a dia e nas relações sociais.

É importante pontuar também que

O ER aparece pela primeira vez como área do conhecimento nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, na Resolução CEB/CNE nº 02/98, posteriormente ratificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, na resolução CEB/CNE nº 04/2010, inserido na Base Nacional Comum da Educação Básica, tendo como fundamento a constituição de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições do conhecimento científico e tecnológico, no mundo do trabalho, no desenvolvimento das linguagens e nas formas de exercício da cidadania. (HOLANDA, 2017, p.75)

Apesar do percurso recém-descrito, vale ressaltar que ainda vemos, na prática escolar, os três modelos de Ensino Religioso: o Catequético, o Teológico e o baseado na Ciência da Religião. Em algumas situações os três modelos se misturam.

Passos (2007) sistematiza cada um desses modelos. O Catequético tem uma cosmovisão unirreligiosa, uma aliança clara com uma religião específica, conteúdos doutrinários, caindo no risco de proselitismos e intolerância. O modelo chamado de Teológico possui uma cosmovisão plurirreligiosa, na qual várias religiões são apresentadas num contexto de secularização tendo como objetivo a formação religiosa dos cidadãos, correndo o risco de tornar-se uma catequese disfarçada. Já o modelo da Ciência da Religião atua numa cosmovisão transreligiosa, apresentando os fenômenos religiosos num hibridismo, com forte relação junto à epistemologia da Ciência da Religião, objetivando a educação do cidadão e a neutralidade científica, devendo cuidar para não expor o conhecimento distante da realidade dos alunos.

Em vista disso, para fazer valer a Lei 9.475/1997, cabe então ao ER, disciplina facultativa e parte integrante da formação básica do cidadão, apoiar-se na produção de conhecimentos a partir dos conceitos e da metodologia da CR, propiciando assim um ambiente reflexivo que oportunize o respeito pela liberdade religiosa, ao apresentar as diferentes religiões sem proselitismo.

Para Usarski (2013, p.51), “o termo Ciência da Religião refere-se a um empreendimento acadêmico que, sustentado por recursos públicos, norteado por um interesse de conhecimento específico e orientado por um conjunto de teorias específicas, dedica-se de maneira não normativa ao estudo histórico e sistemático das religiões concretas em suas múltiplas dimensões, manifestações e contextos socioculturais”.

Nesse sentido, pesquisar as religiões requer um distanciamento da fé em si, uma atitude reflexiva e não valorativa das tradições religiosas. É necessário reconhecer que as religiões são sistemas simbólicos que ganham valor no contexto histórico e social em que estão inseridas e podem ser estudadas e comparadas por terem estruturas semelhantes, pois buscam responder às mesmas perguntas. São diferentes no que diz respeito às respostas. Há uma lógica interna que aproxima as religiões, mas as interpretações são distintas. (USARSKI, 2006).

Vale destacar ainda que há de se ter uma certa indiferença frente ao objeto de estudo, observá-lo e descrevê-lo com uma metodologia que favoreça a atitude ética (*outsider*) e não êmica (*insider*). A questão não é validar ou não um dogma de fé e sim descrevê-lo e investigá-lo empiricamente. “Trata-se de uma técnica de observação e descrição que na literatura especializada é frequentemente associada a termos como ‘Ateísmo metodológico’ ou ‘Agnosticismo metodológico’.” (USARSKI, 2013, p.51)

Stern e Costa salientam que

a ciência da religião deve examinar as religiões como construções sociais, desconsiderando as alegações de seus adeptos de que suas crenças são revelações divinas. Isso, todavia, não deve ser interpretado como uma licença para que os cientistas das religiões julguem a validade do discurso êmico, pois não é essa a incumbência de nossa ciência. (2017, p.83)

Defendem ainda que “são os métodos classificatórios que possibilitam, por exemplo, que uma religião seja identificada como monoteísta, henoteísta ou politeísta, ou que categorias relacionadas às religiões sejam agrupadas em tipológicas como ‘mística’, ‘seita’, ‘ritual’, ‘bênção’, ‘oração’, ‘maldição’, ‘milagre’, ‘tabu’ etc.” (p.78).

Para que essa prática ocorra, dependendo do objeto que está sendo investigado, o método comparativo pode ser uma das técnicas indicadas para estudar as religiões. Greschat (2005) cita a comparação entre os objetos religiosos e defende que comparações aprofundam o conhecimento das variantes das diversas religiões. Porém, ao comparar doutrinas, ritos, sacrifícios, normas éticas, entre outros, deve-se levar em conta que nem tudo é sempre comparável, “pois há diferenças de contextos e percebe-se que os conceitos são ‘encaixados’ de maneira diferente” (p.127).

Mediante o exposto, a Ciência da Religião é uma área fecunda para constituir os fundamentos do Ensino Religioso comprometido com o estudo metodológico de diferentes manifestações religiosas e filosofias de vida. “A partir desta abordagem se constrói a leitura do Ensino Religioso, tendo como ciência de referência as Ciências da Religião, para que permita a valorização do pluralismo e da diversidade cultural, presente na sociedade brasileira, favorecendo a compreensão das formas que exprimem a diversidade religiosa presente na realidade” (JUNQUEIRA, 2016, p.22). Muito do saber advindo da CR é aplicável no ER. Porém, não se trata de uma tarefa fácil, pois a linguagem e a metodologia da CR distanciam-se do cotidiano escolar. Para tanto, faz-se necessário uma transposição na aplicação desses saberes.

A transposição didática pode ser entendida como adaptações do saber científico ao saber escolar, adequações de uma linguagem técnica para a linguagem apropriada para a sala de aula, o uso dos dados e informações advindos de pesquisas científicas que são transformados em conhecimentos que adquirem uma aplicabilidade pedagógica, um sentido para o discente.

Como referência ao termo transposição didática buscamos entendimento nos estudos de Chevallard (1991), citado por Costa (2019, p.188): “A sintetizamos pela ideia do processo de transmutar e adaptar o conhecimento acadêmico (saber sábio) a um saber ensinar, normalmente ligado a manuais e modelos de ensino, até o produto final da transposição didática, o saber

ensinado. [...] Estar ciente disso é o primeiro passo metodológico para a melhor aplicação didática da Ciência da Religião nas escolas”.

Levando em consideração esses aspectos, Junqueira destaca que

A compreensão da religião como objeto do ensino religioso está compreendida como o estudo das diferentes manifestações que interferem na formação da sociedade e que são estudadas pela Ciência da Religião no espaço acadêmico, subsidia a transposição didática para o cotidiano da sala de aula que favorecerá aos estudantes da educação básica a compreensão da cultura das diferentes comunidades que formam o país. Portanto, a Ciência da Religião é a área que constituirá os fundamentos para o ensino religioso orientar seu conteúdo e sua forma no processo da educação. (2013, p.609)

Assim, partindo do conhecimento religioso, e favorecendo uma formação cidadã de acolhimento e respeito às diversas religiões, se dá a Ciência da Religião aplicada ao Ensino Religioso, ao transpor o conhecimento acadêmico para o cotidiano escolar.

Ainda nesse sentido, e valendo-se das palavras de Junqueira,

O Ensino Religioso, para a sua construção estrutural e explicitação, necessitou vincular-se a uma ciência de referência. No campo do ensino dialogou com os elementos pedagógicos permitindo uma estrutura em que a linguagem e o fenômeno estejam explícitos e desta forma o componente permita enfrentar situações, construir argumentações e propostas. De tal forma que contribua para a leitura e interpretação da realidade, estabelecendo a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma. (2016, p.16)

E, conseqüentemente, na transposição dos saberes produzidos pela CR, “as religiosidades particulares e as histórias das religiões são transcendidas pela procura por uma visão sistemática, uma morfologia das experiências do sagrado capaz de abarcar as diversidades e, ao mesmo tempo, captar a singularidade de cada fato religioso” (ARAGÃO, 2016, p.184), abrindo-se assim ao diálogo com a diversidade cultural.

BNCC: perspectivas de transposição da Ciência da Religião ao Ensino Religioso

Vejamos, então, como a proposta da BNCC se ajusta a esse modelo de transposição da CR ao ER.

Sabemos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo e de referência para a Educação Básica no Brasil. Começou a ser elaborada em 2015 por especialistas das secretarias municipais e estaduais de educação e por universidades. Em 2017, após a elaboração de várias versões do documento, foi encaminhada a terceira e última versão do texto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que foi homologada no dia 20 de dezembro.

O documento define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2017).

A BNCC dá ao ER o lugar de área do conhecimento, passando a contar com cinco áreas distintas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Desse modo, explicita objetivos, habilidades e competências básicas que devem ser desenvolvidas e adquiridas na formação do estudante.

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos:

- A. Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- B. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- C. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- D. Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

(BRASIL, 2017, p. 436)

Ao analisarmos os objetivos propostos, é possível percebermos o reconhecimento às diferentes manifestações religiosas, ao pluralismo e ao respeito essencial a uma cultura de paz entre os cidadãos. Vale salientar a presença da promoção dos Direitos Humanos, como meio de valorização da diversidade de expressões e credos, para a construção de um mundo mais ético e tolerante. O projeto ressalta ainda que o ER deve educar para a alteridade, na busca do diálogo com o diferente.

Quanto ao objeto da área, a BNCC indica o caminho da Ciência da Religião, definindo os fenômenos religiosos no mesmo sentido em que a CR atua, com isenção da fé e produtos culturais da humanidade:

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas

manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade. (BRASIL, 2017, p 436)

Com base na metodologia da CR, que propõe o agnosticismo metodológico, ou seja, que o pesquisador se distancie de suas próprias concepções prévias e busque uma atitude investigativa e teórica, na pluralidade religiosa, numa abordagem ética para apresentar as religiões, com um paradigma materialista e atitude reflexiva e não valorativa das tradições religiosas, o docente de ER terá um modelo plausível para fazer valer o que a BNCC propõe.

Para alinhar o processo de aprendizagem, o documento estabelece dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos educandos na Educação Básica. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017)

Além das dez competências gerais, há clareza em quais são os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores específicos do ER:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BRASIL, 2017, p. 437)

A partir dessas competências, vemos que o educando precisa conhecer as diferentes manifestações e linguagens religiosas, entrar em contato com esse saber religioso, que é determinante no modo de ser e viver dos fiéis ou daqueles que negam a religiosidade, para poder compreender as diferentes atitudes e experiências. Conhecer é sensibilizar-se ao diferente, entrar em contato com o outro, para assim observar o mundo ao redor com a informação necessária para não julgar e excluir. Essa reflexão ativa uma síntese pessoal que suscita o respeito, abre ao diálogo e ao acolhimento.

Ao propor viver essa experiência, faz-se necessário que o aluno desenvolva um protagonismo, sinta-se à vontade para falar, perguntar, e assim estar capacitado para fazer uma leitura religiosa da cidade, abrindo o olhar para transitar por mundos diferentes do seu.

Vemos que os objetos do conhecimento e as habilidades estão organizados em três unidades temáticas: 1- Identidades e alteridades; 2 - Manifestações religiosas; 3 - Crenças e filosofias de vida, que são distribuídas nos nove anos da escolaridade básica.

A BNCC preconiza uma espiral de conhecimentos e experiências, com duas fases distintas de complexidade: do 1º ano ao 5º ano o aluno é convidado a conhecer e identificar as diferentes linguagens, os sistemas religiosos e não religiosos, as manifestações presentes no cotidiano, enfatizando os verbos perceber, reconhecer, compreender e identificar. Já na segunda etapa, nos anos finais do Ensino Fundamental, o ER busca fazer com que os educandos reflitam criticamente sobre essas manifestações e linguagens, por isso a utilização dos verbos analisar, problematizar, entender e construir. (LINZ E CRUZ, 2017)

Na unidade temática Identidades e alteridades pretende-se que os estudantes reconheçam, valorizem e acolham o caráter singular e diverso do ser humano, por meio da identificação e do respeito às semelhanças e diferenças entre o eu (subjetividade) e os outros (alteridades), da compreensão dos símbolos e significados e da relação entre imanência e transcendência.

Já a unidade Manifestações religiosas dá destaque ao conjunto de elementos que compõem as religiões (símbolos, ritos, espaços, territórios e lideranças), proporcionando o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas, e a compreensão das relações estabelecidas entre as lideranças e denominações religiosas e as distintas esferas sociais.

A BNCC define a unidade temática Crenças religiosas e filosofias de vida como aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, particularmente sobre mitos, ideia(s) de divindade(s), crenças e doutrinas religiosas, tradições orais e escritas, ideias de imortalidade, princípios e valores éticos.

Esta última unidade favorece a aplicação da CR no ER, na medida em que o conhecimento religioso é apresentado como produto social, cultural e histórico, nas diferentes manifestações, sem excluir as filosofias de vida, que também revelam princípios éticos e morais, mesmo que não derivam propriamente do religioso.

A saber, Costa e Stern (2020, p.191) descrevem filosofias de vida à vista da BNCC como “‘princípios éticos e morais’ seguidos pelas ‘pessoas sem religião’, mas que não têm origem religiosa (logo, seculares), podendo vir das mais diferentes fontes culturais: arte, política, esportes, profissões, entre outras possibilidades”. Desse modo, vê-se que a BNCC amplia o olhar e inclui na educação escolar não só as religiões, mas as diferentes formas de ver o mundo que influenciam no modo de pensar e agir das pessoas e, portanto, estão presentes no cotidiano e fazem parte da diversidade da nossa sociedade.

A proposta da BNCC para o ER no 5º ano elege a unidade temática “Crenças religiosas e filosofias de vida”, e tem como objetos de conhecimento: (1) as narrativas religiosas, (2) os mitos nas tradições religiosas e (3) ancestralidade e tradição oral.

As narrativas religiosas preservam os elementos essenciais de uma tradição religiosa, que são passados de geração para geração pela oralidade, sendo registrados em algumas culturas. Algumas dessas narrativas constituem os mitos, presentes em todas as religiões, que transmitem uma cosmovisão, o *ethos* cultural de um povo, buscando respostas aos grandes mistérios da vida. Os mitos recolhem as crenças, as organizam, ainda que numa lógica não científica. São modelos de como agir, modelam o mundo, narram como é a vida, criam um universo religioso a ser seguido. Relacionam-se com o terceiro objeto do conhecimento do 5º ano, pois valorizam a ideia de ancestralidade, mantendo vivas as lições deixadas pelos sábios e anciões, bem como as tradições orais tão presentes nas culturas e religiosidades afro-brasileiras, indígenas e ciganas, que são objetos de estudo dessa faixa etária.

O documento propõe, como objetivo do 5º ano, desenvolver as seguintes habilidades e competências:

Identificar e respeitar acontecimentos sagrados de diferentes culturas e tradições religiosas como recurso para preservar a memória.

Identificar mitos de criação em diferentes culturas e tradições religiosas. Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).

Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos.

Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras.

Identificar o papel dos sábios e anciões na comunicação e preservação da tradição oral.

Reconhecer, em textos orais, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver. (BRASIL, 2017, 451)¹

¹ Vale lembrar que a LEI 10.639/2003 torna obrigatório o ensino sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas da Educação Básica.

Diante dessas habilidades e competências, ao apresentar os acontecimentos sagrados e mitos de diferentes culturas e tradições religiosas na busca por reconhecer a importância da tradição oral e das memórias no modo de ser e viver das pessoas, nota-se que é plausível identificar uma possível aplicação da CR na dinâmica do ER escolar, bem como o respeito pela diversidade, numa linguagem acessível aos estudantes do Ensino Fundamental.

Certamente, para que a experiência faça sentido ao aluno, é imprescindível que o professor esteja atento às diferentes concepções do desenvolvimento humano. Para cada faixa etária, ou cada ano escolar, há características que devem ser levadas em conta quando o professor vai elaborar seu plano de aula e até mesmo selecionar o conteúdo.

Os estudos de Piaget (1990) nos ajudam a encaminhar aspectos metodológicos, pois norteiam os processos de ensino-aprendizagem. No 5º ano do Ensino Fundamental, a criança já é capaz de realizar operações concretas, mas ainda existem algumas lacunas quanto à causalidade, que se manifestam em alguns pensamentos mágicos relacionados aos fenômenos naturais.

Piaget denomina esse estágio do desenvolvimento como operatório concreto. Nesse estágio, de acordo com Lakomy,

- A criança tende a sair do seu egocentrismo e socializar sua forma de pensar o mundo, que é baseada em regras ditadas e usadas por todas as pessoas.
- Na superação do egocentrismo, a criança busca compreender o pensamento dos outros, como também procura transmitir seu próprio pensamento, de modo que este seja aceito pelos que o rodeiam, apesar de começar a perceber suas próprias contradições.
- Instala-se a necessidade de comprovação empírica das elaborações mentais. (2008, p.36)

Portanto, sendo o ER lugar de conhecimento e diálogo, torna-se uma ferramenta importante de reflexão e de quebra de estereótipos preconceituosos. Vergne (2016, p.336) considera que há uma “possibilidade de se pensar o ER como um território capaz de favorecer a reflexão de enfrentamento da intolerância religiosa, como elemento pedagógico para transformar e dialogar e estabelecer atitudes em relação ao estabelecimento de práticas antirracistas, e de diálogo entre as diversas culturas religiosas”. Acrescenta-se aqui o fato da abertura, por parte das crianças dessa faixa etária, às experiências diferentes das delas, momento ideal para entrar em contato com as religiosidades menos valorizadas pela nossa sociedade, como é o caso das religiões afro-brasileiras, tema de estudo deste ano escolar

Transposição didática da CR ao ER no 5º ano: relato de uma experiência

Com o intuito de transpor de forma mais clara essa metodologia na realidade escolar, podemos versar sobre uma prática. Apresento agora um exercício na busca de exemplificar e refletir sobre a transposição.

Sou professora de ER na série em questão, com crianças que completam 10 anos no ano letivo, em um colégio confessional particular da cidade de São Paulo. Desenvolvo um trabalho interdisciplinar com meus colegas professores de História, Geografia, Música, Artes e Leituras, o qual chamamos de Projeto Brasil-Afro, partindo do tráfico de escravos africanos ao Brasil, a relação com os colonizadores e a interação dos povos africanos com a cultura e a identidade do povo brasileiro. Para tanto, damos destaque aos seguintes temas: desumanização da pessoa negra, as diferentes formas de trabalho do escravizado, religiosidades africanas, literatura negra, continente africano e suas heranças tecnológicas e culturais, busca pela liberdade e personalidades negras.

Com a aprovação da lei 10.639/2003, que obriga o ensino da história e cultura dos afrodescendentes nas escolas,

... discutir ou ensinar a história das religiões afro brasileiras no espaço escolar pode ser uma possibilidade de desconstrução de antigos conceitos estereotipantes, negativos, discriminatórios e preconceituosos que ainda possam existir na sociedade atual. No momento em que se discute a escola que queremos, sendo pautada no respeito e reconhecimento da diversidade, da tolerância para com o próximo e em constituí-la como um espaço democrático, falar sobre as religiões afro brasileiras em sala de aula pode ser um ponto de partida para que os alunos conheçam parte de sua história, da história dos negros no Brasil, além de mostrar a sua importância para a formação do universo cultural do País. (MOREIRA e SILVA, 2013, p. 02)

Nesse contexto, procuramos promover um estudo reflexivo sobre o papel e o lugar dos negros na nossa sociedade, tendo como ponto de partida o tráfico de escravos africanos ao Brasil, constatando como a identidade africana, seus hábitos, costumes e religiões foram reprimidos e perseguidos por instituições e grupos sociais, como a Igreja, o Estado e as classes dominantes. (MOREIRA e SILVA, 2013)

Numa tentativa de romper com as barreiras entre disciplinas, integrar os conhecimentos, promovendo diálogos entre as diferentes áreas e seus conceitos, permitindo que o aluno tenha acesso ao conteúdo por meio de diferentes linguagens, fomentando o aprendizado e respeitando os processos individuais, desenvolvemos os conteúdos de forma interdisciplinar.

Essa metodologia pedagógica, possibilita ao ER realizar a aproximação das experiências religiosas com o contexto social e histórico, aspecto muito relevante na CR. Nesta perspectiva, Freman (2017, p.201) ressalta que “a interdisciplinaridade tem um papel decisivo para essa mudança de abordagem do ER ao trabalhar na perspectiva da totalidade, de não fragmentação do conhecimento. Características essas que colaboram para compreender o ser humano como ser histórico em diálogo consigo mesmo, com o outro e com o transcendente”. Abre-se, assim, a possibilidade de uma leitura de mundo que inclua o aspecto religioso integrado ao contexto em questão, além da abertura e respeito à diversidade.

O foco do ER no projeto é, partindo da vivência da religiosidade africana enfatizando a vida tribal, a valorização dos ancestrais, os sacrifícios, a tradição oral, a relação com as divindades na natureza, trabalhar os mitos africanos da criação do mundo, os Orixás (iconografia, manifestações, narrativas religiosas, a relação com os santos católicos), o Candomblé, a Umbanda e o sincretismo religioso, tão presente no nosso cotidiano, bem como a questão da intolerância religiosa.

Os conteúdos são trabalhados por meio de músicas, vídeos, poemas, literatura infantojuvenil, textos informativos, notícias e dinâmicas. As atividades planejadas a partir dessas linguagens trazem dados culturais, históricos e religiosos para que os alunos possam conhecer a base das religiões afro-brasileiras, no contexto em que se formaram, e percebam como algumas manifestações estão presentes e enraizadas no sincretismo religioso tão presente na sociedade brasileira.

Ao final do projeto, os alunos, nos seus grupos de trabalho, apresentam seminários aos colegas, e nós, professores, ressaltamos o embasamento teórico, propomos discussões que desenvolvam argumentações críticas. Na plenária é possível identificar com clareza as relações e conexões entre os temas propostos e como os alunos foram capazes de iniciar um processo mais crítico de leitura da realidade, bem como um despertar de mudança de postura diante do preconceito relacionado ao conteúdo estudado.

Percebemos que o objetivo de desenvolver o tema em linguagens plurais favorece reflexões problematizadoras, um olhar mais comprometido com a história dos negros e com as manifestações religiosas de matriz africana, ampliando a compreensão da diversidade étnico-religiosa.

Considerações

Infelizmente, a aplicação desse tipo de proposta pedagógica ainda está longe de atingir a maioria das escolas. Ainda há resistência em estudar as religiosidades africanas; logo, essas manifestações ficam relegadas a um plano inferior, num processo de manutenção da exclusão e inferioridade dos negros na nossa sociedade.

Diante disso, as orientações da BNCC, que idealizam desenvolver competências que possibilitem a convivência com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver, tornam-se muito importantes ao estabelecerem diretrizes pluralistas e inclusivas que devem ser seguidas para que todos os alunos entrem em contato com a diversidade, independentemente dos juízos, convicções e ideologias de cada instituição escolar.

Considero como ideal um currículo informativo, esclarecedor e isento de qualquer tipo de doutrinação e exclusão. Compartilho da opinião de Caron e Martins Filho (2020, p. 34): “Entendemos que o currículo de Ensino Religioso não é um espaço reservado para a legitimação, a doutrinação ou a evangelização, de expressão de ritos, símbolos, campanhas e celebrações. Os conteúdos curriculares do Ensino Religioso estão relacionados com as diversas manifestações do sagrado que constituem o conhecimento religioso, patrimônio cultural da humanidade”.

Nesse sentido, a BNCC vem para apontar que as religiões precisam ser apresentadas em sua pluralidade e que é papel da escola romper com qualquer iniciativa de defesa da universalização e a padronização a partir de um único universo religioso, valorizando uma religião em detrimento das outras. “Qualquer forma de hierarquização entre as religiões ou filosofias de vida ou para com as religiosidades pode colocar em xeque a laicidade e inclusive o funcionamento da democracia” (REIS, 2020, p.167).

Compactuo com a visão de Verdugo (2017, p.349) ao ver a diversidade como “o desafio democrático do convívio das diferenças e, ao mesmo tempo, a pluralidade de sensibilidades, imaginários, inteligências e reflexões sobre a experiência da totalidade-mundo”, em sintonia com a aspiração de estabelecer um constante exercício da cidadania e da cultura de paz, como objetiva, tão claramente, a BNCC.

Mediante o exposto, a escola tem esse desafio: ser um espaço aberto às diferenças, de trocas de experiências, de conhecimento sem tabus ou preconceitos. À medida que os alunos conhecem o outro e compreendem que na diversidade todos são iguais em direitos e deveres, percebem

também que o aspecto religioso é um dos determinantes do estilo de vida, de escolhas e objetivos pessoais, um modo de se relacionar com o divino, com o sagrado. Por conseguinte, conseguirá viver harmonicamente com seus pares, mesmo nas heterogeneidades.

Decerto que a aplicação da metodologia da CR é o caminho mais adequado. Segundo Soares (2013, p.573), “ela se interessa pelas reais possibilidades se contribuir socialmente em vistas da paz, da humanização e da mediação de conflitos culturais-religiosos, o que implica desistir de uma disposição catedrática, de transferência ‘neutra’ de conhecimento de cima para baixo, para investir fundo na vida cotidiana e seus problemas”.

Assim sendo, eleger a CR como ciência de referência para o ER, numa transposição dos saberes e linguagens e, principalmente, seguindo a postura metodológica da neutralidade ao apresentar as diferentes manifestações religiosas como fenômenos culturais, inseridos no contexto histórico, em consonância com as competências e habilidades propostas pela BNCC, mostra-se o caminho mais sábio e promissor para que o ER evidencie o respeito e a diversidade religiosa e cultural no nosso país e possa contribuir para a formação de uma sociedade mais inclusiva, que valorize o diálogo ecumênico e inter-religioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, G. Identidade e alteridade na BNCC: importância para o Ensino Religioso na perspectiva das Ciências da Religião. In: SILVEIRA, E; JUNQUEIRA, S. (orgs). *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pp. 174-185.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. [Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>]
- BRASIL. *Lei 9.475/97*, 22 de julho de 1997. Dá nova redação ao Art. 33 da Lei 9.394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm>. Acesso em: set 2020]
- CARON, L.; MARTINS FILHO, L. J. Ensino religioso: uma história em construção. In: SILVEIRA, E; JUNQUEIRA, S. (orgs). *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pp 15-38.
- COSTA, M. *Ciência da Religião aplicada como o terceiro ramo da RELIGIONSWISSENCHAFT: história, análises e propostas de atuação profissional*. São Paulo: PUC/SP, 2019. [Tese de doutorado] [Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22356> - Acesso em nov/2020]
- COSTA, M.; STERN, F. Crenças religiosas e filosofias de vida na BNCC: importância para o Ensino Religioso sob a perspectiva da Ciência da Religião. In: SILVEIRA, E; JUNQUEIRA, S. (orgs). *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pp 186-209.
- DOMINGOS, M. F. N. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. In: *Rever*, setembro, 2009, pp. 45-70.
- FREMAN, V. Interdisciplinaridade no Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 196-201.
- GRESCHAT, H.J. *O que é Ciência da Religião?* São Paulo: Paulinas, 2005.
- HOLANDA, A. M. R. Ensino Religioso nas legislações. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 68-81.
- JUNQUEIRA, S. Ciência da Religião aplicada ao Ensino Religioso. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. pp 603-614.
- JUNQUEIRA, S. *Ensino Religioso - espaço das Ciências da Religião aplicada*. In: GOMES, E. S. L.; JUNQUEIRA, S. (orgs). *Ensino religioso: religião e cultura*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. pp. 15-29.
- JUNQUEIRA, S. Origem do Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 39-44.

- JUNQUEIRA, S.; CORRÊA, R.; HOLANDA, A. *Ensino Religioso: aspecto legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- LAKOMY, A. M. *Teorias Cognitivas da Aprendizagem*. Curitiba: Ibplex, 2008.
- LINZ, E. S.; CRUZ, J. S. Objeto de estudo, objetivos e eixos do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L. E.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. p. 143-147.
- PASSOS, J. D. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- REIS, M. Diversidade religiosa e cultural e a Base Nacional Comum Curricular. In: SILVEIRA, E; JUNQUEIRA, S. (orgs). *O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. pp 156-173.
- RODRIGUES, E. F. R. História do Ensino Religioso no Brasil. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 45-50.
- MOREIRA, H. A.; SILVA, M. R. *Religiões afro-brasileiras em sala de aula a partir da análise de uma turma de educação de jovens e adultos*. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, 2013. [Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952202_ARQUIVO_rEJANEARTIG OANPUH.pdf. Acesso em: 27 de fevereiro de 2021.]
- SOARES, A. Introdução à Parte V. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. pp. 573-576.
- STERN, F.; COSTA, M. Metodologias desenvolvidas pela genealogia intelectual da Ciência da Religião. In: *Sacrilegens*, v.14, 2017, pp.70-89. Juiz de Fora.
- USARSKI, F. *Constituintes da Ciência da Religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- USARSKI, F. História da Ciência da Religião. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (orgs). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. pp 51-61.
- VERDUGO, M. Diversidade e Ensino Religioso. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 343-350.
- VERGNE, S. Introdução à parte V. In: JUNQUEIRA, S.; BRANDENBURG, L.; KLEIN, R. (orgs). *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 335-342.